

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL – CMADS**

**REQUERIMENTO N.º , DE 2012**

**(Do Sr. Ricardo Tripoli)**

Requer o envio de Requerimento de Informação ao Ministério do Meio Ambiente; ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Defesa acerca do despejo de água de lastro, por parte de navios petroleiros, no litoral do município de São Sebastião (SP).

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2.º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115, inciso I, e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente; ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Defesa, o **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**, em anexo.

Sala das Sessões, em        de setembro de 2012.

Deputado **RICARDO TRIPOLI**

PSDB-SP

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**  
**SUSTENTÁVEL – CMADS**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º      , de 2012**

**(Da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)**

Requerimento de Informação ao Ministério do Meio Ambiente; ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Defesa acerca do despejo de água de lastro, por parte de navios petroleiros, no litoral do município de São Sebastião (SP).

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115, inciso I, e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado à Sra. Ministra Izabella Teixeira (Ministério do Meio Ambiente); ao Sr. Ministro Paulo Sérgio Passos (Ministério dos Transportes) e ao Sr. Ministro Celso Amorim (Ministério do Estado da Defesa do Brasil, o presente **Requerimento de Informação**, tendo em vista a necessidade de se obter maiores informações acerca do despejo de água de lastro, por parte de navios petroleiros, no litoral do município de São Sebastião (SP).

1 – Reiterando que foram recebidos em meu gabinete registros fotográficos recentes que demonstram estar em curso o derramamento de água de lastro, por parte de embarcações de grande porte, no litoral de São Sebastião (SP). Conforme as imagens, os navios petroleiros **João Candido**; **Knot** e **Nord Butterfly** estariam despejando irresponsavelmente o material no canal de São Sebastião, a poucos metros da costa.

2 – Gostaria de saber se há conhecimento, por parte de ambas as Pastas, acerca dessa prática e se há/houve contaminação da água?

3 – Quais foram/são/serão as providências tomadas?

## JUSTIFICATIVA

Este Requerimento se insere na missão Constitucional da Câmara dos Deputados de fiscalizar a atuação dos órgãos e entidades da União.

O município de São Sebastião situa-se no Litoral Norte do Estado de São Paulo, sudeste do Brasil. Essa região guarda alguns dos mais importantes remanescentes de Mata Atlântica e de Manguezais do país.

Neste contexto, algumas ações no litoral são tão rotineiras que poucos conseguem visualizar estragos ambientais. Um dos temas que mais preocupam as autoridades sanitárias é a água de lastro.

A água de lastro é o líquido recolhido nos oceanos de todo o mundo e armazenado em tanques nos porões dos navios. O uso da água de lastro tem o intuito de dar estabilidade às embarcações quando elas estão navegando sem cargas.

O grande perigo da água de lastro é a ameaça ao ecossistema, podendo causar graves desequilíbrios marinhos.

Ao encher os tanques de lastro, as embarcações armazenam, junto com a água, organismos que pertencem ao local de onde a água foi

retirada. Esses organismos reúnem espécies como peixes, algas, mariscos e outros pequenos invertebrados, além de ovos, cistos e larvas.

Quando a água é devolvida ao oceano, ela carrega organismos com características totalmente diversas. Assim, o ecossistema marítimo é afetado, gerando sérios riscos para a biodiversidade e também para a população.

No Brasil, o gerenciamento da água de lastro é tratado pela NORMAM-20/2005 da Diretoria de Portos e Costas, pela Resolução ANVISA-RDC no 72/2009 e na Lei no 9.966/2000. De acordo com a legislação nacional, além de possuírem o Plano de Gerenciamento da Água de Lastro e de realizarem a troca oceânica caso haja intenção de deslastrar, os navios devem fornecer à Autoridade Marítima e à ANVISA o Formulário sobre Água de Lastro devidamente preenchido.

No entanto, faltam fiscalização e regulamentações mais severas quanto a esse assunto. Os portos, como áreas fechadas, são os pontos de grande risco. O despejo da água de lastro no mar é uma emissão crônica que afeta todo o equilíbrio do meio ambiente. A Organização Marítima Internacional recomenda que as embarcações troquem a água dos tanques de lastro em diversas oportunidades. Assim, os organismos seriam despejados em áreas mais próximas das que foram retirados e o risco de contaminação de oceanos e espécies marítimas seria menor. No entanto, é notório que a grande maioria dos navios não fazem uso dessa recomendação.

Por esses motivos, Senhor Presidente, faz-se necessária a obtenção das informações ora requeridas, que possibilitem subsidiar os encaminhamentos apropriados, no âmbito do Parlamento Brasileiro.

Sala das Sessões, em                      de setembro de 2012.